



## COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

### ESTRATÉGIAS ATUAIS E TRADIÇÃO NO CONTROLE

### EDITORIAL DA IMPRENSA: MARCAS DO GOVERNO

### BOLSONARO

Guilherme Carvalho<sup>1</sup>, [guilhermegdecarvalho@gmail.com](mailto:guilhermegdecarvalho@gmail.com)

#### RESUMO

Propomos uma leitura atual de dados de organizações que indicam as estratégias adotadas pelo governo de Jair Messias Bolsonaro cujas ações caracterizam-se pelas tentativas de estabelecer o controle editorial sobre jornalistas e jornais. Este debate é desenvolvido a partir de aspectos historiográficos, observando brevemente a caracterização da censura à imprensa brasileira, desde os primórdios até os tempos atuais. Identificamos três estratégias atuais mais recorrentes nos tempos atuais. Trata-se do uso de recursos públicos por meio do privilegiamento de certos grupos de mídia, a judicialização de casos envolvendo o trabalho jornalístico e a descredibilização e violência contra jornalistas que publiquem conteúdos que expõem negativamente o governo. O estudo baseia-se em dados publicados por outras instituições jornalísticas nacionais e internacionais.

#### PALAVRAS-CHAVE

Controle editorial. Governo Bolsonaro. Imprensa. Censura

#### 1. INTRODUÇÃO

A complexidade das condições de produção jornalística, já desafiada pela dinâmica social conflituosa da modernidade, ao afastar-se da lógica emancipatória, torna a atividade dependente dos favores ou benefícios que

---

<sup>1</sup> Minicurrículo com titulações, filiação universitária e profissional (se houver), contato de e-mail. Fonte Georgia, corpo 8, espaçamento 1,0, justificado. Indicar da maior titulação. Exemplo fictício abaixo.

Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor associado do Departamento de Jornalismo da UEPG. E-mail: [autor@provedor.com](mailto:autor@provedor.com).



outros segmentos podem oferecer. Merrill (1974) descreve a dicotomia entre liberdade e responsabilidade como o aspecto que torna o jornalismo uma atividade de não-consensos. Liberdade representa os valores individuais que constituem a sociedade moderna e responsabilidade refere-se ao papel social representativo dos jornais.

Se o jornalismo não é capaz de fazer valer estes aspectos, isto é, se se manifesta essencialmente o controle governamental ou quando se evidencia a influência de determinados grupos com interesses particulares sobre a produção jornalística, então duas possibilidades existem para que o negócio se sustente. Ou as ações de marketing são capazes de enganar o público, escondendo suas reais intenções, ou os responsáveis pelo controle editorial são também os principais financiadores. Em ambos os casos, o que se entende como jornalismo estaria sob ameaça.

É claro que este debate é muito mais complexo do que o que estamos expondo aqui. As relações de controle sobre o trabalho jornalístico são demarcados por uma série de outros aspectos como propõe o campo teórico do jornalismo. E é justamente esta complexidade que nos impede de decretar o descrédito de uma determinada empresa jornalística.

No Brasil, o sentido de crise no jornalismo vem sendo desafiado, ao menos no que diz respeito ao princípio de liberdade como condição *sine qua non* para o desenvolvimento da atividade e sustentação dos negócios na área. Ao longo da história, a imprensa brasileira tem convivido com diferentes graus de censura e estratégias que se adaptam às condições estabelecidas para o controle editorial<sup>2</sup>. Não há novidade, portanto, nas ações governamentais lideradas pelo presidente Jair Bolsonaro, para controlar o que jornalistas e empresas jornalísticas dizem a seu respeito ou a respeito de seu governo. Assim como também em outros governos, incluindo o de adversários políticos como Luis Inácio Lula da Silva, as tentativas também existiram ainda que distintamente.

<sup>2</sup> Controle editorial é entendido aqui a partir do que define Breed (1955). A censura, seria, um dos mecanismos de controle, dentre outros possíveis, podendo ser exercido no âmbito interno ou externo às redações jornalísticas.





Estadual de Ponta Grossa<sup>4</sup>, em julho de 2019. Este artigo representa o aprofundamento de uma das temáticas abordadas na pesquisa anterior.

## **2. AS VELHAS/NOVAS ESTRATÉGIAS DE CONTROLE**

A nova Constituição, aprovada em 1988, reconhece o direito à liberdade de expressão, colocando limites à ação governamental para impedir ou determinar a publicação de certas informações. Sem a autorização para uso da força repressora do Estado para coibir jornais e jornalistas, políticos e empresários passam a adotar estratégias já recorrentes na história brasileira, associando-as a outros mecanismos menos explícitos. Três delas tornam-se mais usuais. Primeiramente, observa-se o uso de recursos públicos e privados com a expectativa de “compra” da linha editorial dos veículos. A outra estratégia é marcada pela judicialização crescente de embates de interesse que envolvem a produção jornalística com o objetivo de punir empresas jornalísticas e jornalistas, e cuja intenção é inibir o trabalho de apuração e publicação de informações que atentam contra alguns grupos. Por fim, verifica-se ainda a estratégia de descrédibilização da imprensa que caminha proximamente a ações de violência e agressões por grupos de apoiadores a determinados políticos.

### **2.1 Recursos públicos**

A estratégia de financiamento ou estrangulamento financeiro de jornais se mostra bastante presente na atualidade. Persistem, por exemplo, políticas de favorecimento a empresas de comunicação para compra e importação de insumos, equipamentos, redução ou isenção de impostos, empréstimos a juros especiais, entre outras ações desta natureza. Além disso, é preciso ressaltar o papel de influência dos governos sobre determinados grupos empresariais que se constituem como financiadores da imprensa por meio de publicidade, investimentos ou outras maneiras de apoio financeiro. Por fim, também o financiamento direto ou indireto de jornais por meio da publicidade estatal dos

---

<sup>4</sup> A pesquisa foi orientada pelo colega Marcelo Bronosky (UEPG) e coorientada por João Figueira (Universidade de Coimbra).



governos ou de empresas do governo também são frequentes, delimitando as escolhas editoriais dos jornais.

Em 1980, o Estado possuía 82 das 200 maiores empresas não-financeiras do país, que se caracterizavam também como grandes anunciantes nos meios de comunicação. Desde o princípio dos anos 1970 o governo tem sido identificado como o maior anunciante individual do Brasil (MATTOS, apud MATTOS, 2005, p.35).

Nos anos 2000, com a ascensão de Lula, do PT, e sua chegada à presidência da república em 2002, os meios de comunicação brasileiros viveram períodos extremamente promissores do ponto de vista financeiro, ao menos no que diz respeito aos recursos repassados pelo governo federal. De 2000 a 2016 foram destinados aproximadamente 35 bilhões de reais para publicidade em meios de comunicação impressos e eletrônicos no Brasil, média de 2,2 bilhões de reais por ano (CARVALHO, 2020).

Os critérios de distribuição destes recursos, no período do governo Lula-Dilma, baseava-se na chamada “mídia técnica”, que destinava recursos aos meios de acordo com sua audiência. O modelo, além de fortalecer a formação de monopólio, também destina recursos públicos para iniciativa privada sem obedecer aspectos legais instituídos como é o caso de licitações e outros mecanismos que envolvem este tipo de operação, favorecendo a expectativa de aluguel da linha editorial dos jornais<sup>5</sup>.

O governo federal também tem destinado recursos para novos canais provenientes de meios digitais. A chamada mídia alternativa, onde as posições políticas tendem a se tornar mais evidentes, também se beneficia de recursos públicos. Os critérios não muito claro de distribuição destes recursos, incluem não só verbas públicas diretas da União, mas também de empresas públicas<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Wladimir Gramacho aborda este tema em um artigo publicado no Observatório da Imprensa de 2015: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/o-equivocado-debate-sobre-a-midia-tecnica/>. Acesso em: 29 mai 2021.

<sup>6</sup> Em um artigo publicado em seu blog, Fernando Rodrigues denuncia o repasse de recursos pelas principais empresas públicas do país (Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica) para jornais demonstrando que o critério técnico não se aplicava nestes casos, já que sites de menor audiência, cujas posições eram favoráveis ao governo do PT tinham verbas maiores do que outros com maior audiência. Ver:



Já o governo Bolsonaro, no ano de 2019, gastou quase 1 bilhão de reais, reduzido em quase metade o que vinha sendo gasto com publicidade<sup>7</sup>. Esta redução de recursos, no entanto, não significou uma mudança nas condições de liberdade jornalística e contrasta com uma distribuição “cirúrgica” de recursos por parte do governo. Um episódio recente que marca o aspecto financeiro no repasse de recursos públicos a meios de comunicação, refere-se à distribuições de verbas para as três maiores emissoras de televisão do Brasil. Até 2018, a Globo, detentora da maior audiência entre os canais de TV abertos do país, recebia 48,5% do bolo de verbas publicitárias do governo federal, contra 24,8% do SBT e 26,6% da Record. Em 2019, quando Bolsonaro assumiu a presidência, a Globo passou a obter o menor valor dentre as três. Em 2019, a Globo ficou com 16,38% do montante, SBT com 41% e Record com 42,6%<sup>8</sup>.

A mudança está alinhada a um posicionamento público contrário à Globo por parte do presidente, que declarou diversas vezes sua insatisfação com o trabalho jornalístico da emissora, contrastando com suas aparições sempre bem dispostas em relação ao SBT e à Record, além de outras emissoras, cujo jornalismo tende a ser mais compreensivo em relação ao governo federal, evitando críticas ao presidente e cujos colunistas atuam quase como assessores de imprensa de Bolsonaro, apontando o “outro lado” ou a versão oficial do governo<sup>9</sup>.

O governo Bolsonaro também tem sido acusado de destinar recursos públicos para blogs e sites, além de jornalistas e apresentadores que apresentam posicionamento favorável ao seu governo. O caso gerou a instalação de uma investigação pelo Congresso Nacional, a chamada CPMI das Fake News, em 2019, que investiga o financiamento de sites que difundem “fake news”. BNDES e Banco do Nordeste teriam comprado 806 mil anúncios veiculados em blogs e canais de influenciadores, sem qualquer critério técnico para o repasse. Outro

<https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/12/17/petrobras-bb-e-caixa-lideram-gastos-de-publicidade-para-midia-alternativa/>. Acesso em: 29 mai 2021.

<sup>7</sup> <https://www.terra.com.br/economia/governo-bolsonaro-e-estatais-gastaram-quase-r-1-bilhao-em-propaganda-em-2019,53db757becc46deb551da7cd02cfb2b3d2joiya8.html>

<sup>8</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/globo-perde-participacao-em-verba-oficial-de-publicidade-sob-bolsonaro.shtml>

<sup>9</sup> <https://theintercept.com/2020/02/23/imprensa-bolsonaro-band-sbt-record-rede-tv/>



montante do dinheiro repassado diretamente pelo governo federal teria sido destinado ao Google sem que se estabelecessem critérios para publicação de anúncios, o que resultou no financiamento de sites de aposta e de pornografia, inclusive<sup>10</sup>. Os valores chegariam a 11 milhões de reais no caso Google<sup>11</sup>.

Já no caso de apresentadores de programas, os valores seriam da ordem de R\$ 268 mil, destinados para divulgação de campanhas do governo durante a exibição dos programas. A destinação dos recursos não atende a critérios de transparência e foi destinado a pessoas que já expressavam apoio ou posicionamento favorável ao presidente Jair Bolsonaro<sup>12</sup>.

Estas práticas, observadas aqui, no âmbito do governo federal, são reproduzidas também em nível estadual e regional. É comum que prefeituras e governos de estado publiquem anúncios em meios de comunicação com a expectativa de reduzir possíveis prejuízos relacionados à imagem do gestor ou para garantir uma posição editorial favorável do jornal. Destaca-se ainda os vários casos de parlamentares proprietários de meios de comunicação. Considerando apenas dados do Congresso nacional, nas eleições de 2018, foram eleitos “32 deputados federais e oito senadores que conciliam a atividade parlamentar com os interesses como empresários do campo da mídia” (GALLAS, 2018, online). Para não citar prefeitos, vereadores, deputados estaduais entre outros cargos públicos cujos gestores se utilizam de concessões públicas de sinal para usos promocionais de suas candidaturas.

A partir das concessões de canais, conforme Carvalho (2017), uma vez autorizadas, o empresário passa a desfrutar de um espaço público para fins privados. Esta também é uma prática recorrente, garantindo canais para grupos cujo posicionamento editorial traz vantagens ao gestor, incluindo não apenas vantagens eleitorais para o dono do canal, mas também para grupos ligados a ele.

<sup>10</sup> Sobre este tema, ver <https://www.extraclasse.org.br/politica/2020/08/sites-de-fake-news-financiados-com-dinheiro-publico-na-mira-do-tcu/>. Acesso em: 29 mai 2020.

<sup>11</sup> Ver <https://theintercept.com/2020/08/13/bolsonaro-usa-google-distribui-milhoes-reais-sites-fake-news-adsense/>. Acesso em: 29 mai 2021.

<sup>12</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/governo-bolsonaro-pagou-r-268-mil-a-apresentadores-bolsonaristas-e-de-tv-aliada.shtml>



## 2.2 Judicialização

Segundo Mattos (2005), o uso de instrumentos legais para conter o trabalho jornalístico no Brasil não é uma novidade. O próprio governo militar fez muito uso de leis para impor a censura.

Com o fim da Lei da Imprensa, em 2009, o Código Civil passou a ser utilizado para criminalizar o trabalho de jornalistas, baseado na defesa da “honra, boa fama ou respeitabilidade” do indivíduo ou organização.

Em um levantamento realizado pela ConJur, verifica-se um crescimento muito acentuado de ações judiciais contra jornais e jornalistas no Brasil. Se antes da Constituição Federal foram registrados apenas 150 ações ao longo da história, após a aprovação da Carta Magna, registrou-se 3.192 processos até o ano de 2002, cuja predominância é por ações indenizatórias<sup>13</sup>.

O projeto “Ctrl+X”, criado pela Associação Brasileira de Jornalistas Investigativos (Abraji), monitora, desde 2002, os processos movidos contra empresas de comunicação do país<sup>14</sup>. O grupo registrou um total de 5.478 ações desde então. Em 2006 foram comunicados apenas 21 processos; em 2015, 370; em 2018 (ano eleitoral) 1.226; em 2019, 300; e em 2020, 373. Dentre os principais autores, estão políticos que tendem a mover processos para retirada de conteúdos, principalmente, em período eleitoral<sup>15</sup>.

Em 2005, durante a criação da Rede em Defesa da Liberdade de Imprensa, o então presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Nelson Sirotsky denunciou a “indústria do dano moral”, referindo-se ao crescimento de processos judiciais contra jornais e jornalistas (MATTOS, 2005).

Em 2021 a Associação Brasileira de Jornalistas Investigativos (Abraji) criou o Programa de Proteção Legal para Jornalistas<sup>16</sup>, financiamento da organização internacional *Media Defence*, em parceria com o Instituto

<sup>13</sup> Ver: [https://www.conjur.com.br/2003-set-30/dobra\\_numero\\_processos\\_imprensa\\_jornalistas](https://www.conjur.com.br/2003-set-30/dobra_numero_processos_imprensa_jornalistas). Acesso em: 15 mai 2021.

<sup>14</sup> <https://www.ctrlx.org.br>

<sup>15</sup> O trabalho de Machado e Locatelli (2019) mostra que a maior parte dos processos são vencidos pelos réus, ou seja, pelas empresas e jornalistas acusadas. Segundo o levantamento de 2018, 65% dos casos foram vencidos por réus.

<sup>16</sup> <https://abraji.org.br/noticias/programa-de-protecao-legal-para-jornalistas-entra-em-operacao>





Tornavoz. Além disso, a associação também defende a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6792, proposta pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI)<sup>17</sup>, para contestar o emprego abusivo de ações judiciais de reparação de danos materiais e morais contra jornalistas.

Mattos (2005) lista a tentativa de aprovação do projeto de lei 536/99, chamada “Lei da Mordaca”, proposta por Jorge Bornhausen, do então PFL, que visava proibir gestores públicos de conceder informações aos jornais, e o projeto de lei 3.232/92, de Vilmar Rocha, também do PFL, partido da base de apoio do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que visava a substituição da Lei de Imprensa.

Durante o governo do PT (2002-2018) foram registrados alguns episódios de censura a jornais e jornalistas por meio do uso de recursos judiciais. Um dos casos de maior repercussão foi do jornalista estadunidense Lerry Rohter, do New York Times, que publicou, em 2004, uma reportagem associando a imagem de Lula ao alcoolismo, por supostamente manter hábito de beber cachaça com certa frequência. O governo conseguiu a cassação do visto do jornalista, que recebeu salvo-conduto do Supremo Tribunal Federal três dias depois para permanecer legalmente no Brasil<sup>18</sup>.

Alguns episódios do governo Lula foram percebidos por certos setores como tentativas de controle editorial da mídia. Em nenhum dos casos houve efetividade, já que os projetos foram retirados ou permaneceram “engavetados” no Congresso Nacional.

O governo petista foi acusado de tentar estabelecer a censura por meio da criação do Conselho Federal dos Jornalistas, em 2004, uma reivindicação antiga capitaneada pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e intelectuais e organizações ligados às instituições de ensino superior. A proposta recebeu duras críticas da Associação Nacional dos Jornais (ANJ) e houve manifestações públicas dos principais jornais do país contrários ao projeto que acabou sendo arquivado (MATTOS, 2005).

<sup>17</sup> <http://www.abi.org.br/abi-contesta-uso-abusivo-de-acoes-judiciais/>

<sup>18</sup> Ver <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2019/08/16/lula-nao-expulsou-jornalista-mas-pedido-chegou-a-ser-feito.htm>. Acesso em 29 mai 2021.



Em outra ação, o governo Lula teria ameaçado a liberdade de expressão quando tentou transformar a Agência Nacional de Cinema (Ancine) em uma agência reguladora que poderia fiscalizar o setor de radiodifusão e telecomunicações. Após pressão de alguns setores, a medida foi desconsiderada (MATTOS, 2005).

Por fim, no governo de Dilma Roussef a tentativa de regulação dos meios com a criação da chamada Lei da Mídia Democrática, a exemplo da *Ley de los Medios*, aprovada na Argentina, que previa a quebra dos oligopólios e o fortalecimento da mídia comunitária e pública, também foi percebida por alguns setores como uma tentativa de cerceamento ao direito à comunicação<sup>19</sup>.

Já o governo Bolsonaro tem utilizado, no que diz respeito a estratégias judiciais contra jornais e jornalistas, principalmente, a Lei de Segurança Nacional (LSN), promulgada em 1983, durante a ditadura militar e o Código penal. Os casos se referem a episódios pontuais que se referiam especificamente a sua imagem e todos os processos foram movidos pelo então ministro da Justiça e Segurança André Mendonça<sup>20</sup>.

O jornalista Ricardo Noblat foi denunciado por incitação a atentado contra o presidente por um comentário em rede social, com base na LSN em março de 2020. Em junho de 2020, os jornalistas Renato Aroeira e Ricardo Noblat foram acusados de calúnia contra o presidente pela publicação de uma charge que associava Bolsonaro ao nazismo. Em julho de 2020, Marcelo Feller, foi processado por calúnia contra o presidente após comentário na CNN Brasil, responsabilizando-o pelas mortes por Covid-19, com base na Lei de Segurança Nacional. O colunista da Folha de S. Paulo Hélio Schwartsman também foi processado em julho de 2020, com base na LSN, por ofensa à honra do presidente.

As ações judiciais diretas da presidência da república, aparentemente, contrastam com os dados a respeito da judicialização dos conflitos de interesse

<sup>19</sup> Ver <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/regulacao-da-midia-nao-e-censura-2340/>. Acesso em: 29 mai 2021.

<sup>20</sup> Levantamento realizado pela Folha de S. Paulo:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/conheca-20-atingidos-por-investigacoes-de-crimes-da-lei-de-seguranca-nacional-e-opositores-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em 29 mai 2021.



envolvendo o trabalho jornalístico. Neste caso, seria importante uma pesquisa mais detalhada em outros níveis do poder para identificar os principais agentes na apresentação de denúncias contra jornalistas.

### **2.3 Descredibilização e violência**

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) publicou, em 2021, um relatório sobre a “Situação dos direitos humanos no Brasil<sup>21</sup>”. O documento, no que concerne à liberdade de expressão, apresenta preocupação com a situação do país. Nos últimos 5 anos, segundo o documento, foram assassinados ao menos 11 jornalistas no Brasil por motivos supostamente relacionados à atividade jornalística, além de dezenas de agressões físicas. Também registrou-se 141 casos de ameaças e violência contra jornalistas que cobriam as eleições entre janeiro e outubro de 2020. Boa parte promovidas por “milícias virtuais” montadas para difamar e atacar jornalistas. Um dos casos mais famosos é o de Patrícia Campos Mello, jornalista da Folha de S. Paulo, que havia denunciado o uso de estratégias irregulares na campanha de Bolsonaro, como o disparo de conteúdos falsos para privilegiar sua candidatura em 2018. Ao ser questionado a respeito, Bolsonaro, então presidente eleito, fez acusações de cunho sexual à jornalista, mobilizando grupos de apoio em redes sociais, na tentativa de desmoralizar o trabalho dela<sup>22</sup>.

Há outros dados recentes que dão conta de demonstrar o cenário desfavorável em relação à liberdade jornalística no Brasil. A Associação Brasileira de Imprensa (ABI)<sup>23</sup> publicou em seu site o relato de ao menos 18 casos nos quais constam as palavras “censura” e “violência” contra jornalistas entre 2019 e 2020. A Comissão de Proteção aos Jornalistas (CPJ)<sup>24</sup> publicou ao menos 5 notícias relacionadas a ameaças e violência contra jornalistas brasileiros entre os anos 2020 e 2021 (até abril).

<sup>21</sup> <http://www.oas.org/pt/cidh/relatorios/pdfs/Brasil2021-pt.pdf>

<sup>22</sup> <https://www.jota.info/coberturas-especiais/liberdade-de-expressao/jair-bolsonaro-e-condenado-a-indenizar-jornalista-patricia-campos-mello-27032021>

<sup>23</sup> <http://www.abi.org.br/>

<sup>24</sup> <https://cpj.org/pt/>



Ou documento bastante expressivo é o relatório anual da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) que contabiliza episódios de violência contra jornalistas brasileiros. O documento referente a 2020 e publicado em 2021, registra um crescimento de 105% de ataques aos jornalistas em comparação com o ano anterior.

A coleta de dados considera denúncias à Federação ou a um dos Sindicatos de Jornalistas, feitas pelas próprias vítimas da violência ou outros profissionais da mídia, além da compilação de notícias publicadas pelos variados canais de comunicação. São reconhecidos pela federação como casos de violência desde agressões verbais a agressões físicas, ameaças e assassinatos.

A maior parte dos casos de censura foram registrados por funcionário da Empresa Brasil de Comunicação, responsável por empresas de comunicação pertencentes ao governo federal, como é o caso da TV Brasil. Dos 85 casos nacionais, 76 são da EBC.

Como pode ser percebido, o presidente Jair Bolsonaro aparece como principal ator neste aspecto com 175 episódios registrados de agressão. Seus filhos e ministros também figuram como agentes das agressões.

Nesse aspecto, o governo de Jair Bolsonaro se diferencia mais fortemente em relação aos governo do PT. Se os recursos públicos reduziram, indicando uma intenção menor de aluguel da linha editorial dos meios, por outro, o presidente e boa parte dos membros do alto escalão do seu governo e seu filhos, também políticos, tem atuado no sentido de desacreditar o jornalismo e os jornais de modo geral, principalmente quando os temas são desfavoráveis ao governo.

Durante seu mandato não faltaram ofensas<sup>25</sup>. O objetivo é obviamente o de orientar a população a não consumir conteúdos de determinadas marcas, sob a alegação de que tem sido praticadas “fake news”. Os ataques à imprensa, em

---

<sup>25</sup> Ver: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-30/bolsonaro-e-a-receita-hungara-para-acabar-com-a-imprensa-critica.html>. Acesso em: 29 mai 2021.



geral, se referem a parte das grandes empresas de mídia do Brasil, mas o discurso é generalista sobre o papel da imprensa do país<sup>26</sup>.

A tática adotada pelo governo também mobiliza indivíduos ou detentores de perfis em sites de redes sociais para atacar jornalistas e jornais. Em um levantamento a respeito dos sites de redes sociais,

a mídia profissional sofreu quase 11 mil ataques diários pelas redes sociais, o que representa 7 agressões por minuto. São postagens com palavras de baixo calão ou com expressões que tentam desacreditar o trabalho da imprensa, e foram produzidas por perfis e sites com viés ideológico, tanto da direita quanto da esquerda política brasileira. A soma dos ataques resultou em cerca de 4 milhões de postagens negativas contra a imprensa brasileira, o equivalente a 10% de tudo o que foi produzido em 2019 sobre a área de comunicação profissional no Brasil. (ABERT, 2019)

As ações também são orquestradas por meio das chamadas “milícias virtuais” que teriam ligações diretas com o grupo do presidente Jair Bolsonaro, promovendo ataques em massa a certos jornalistas ou inimigos políticos do presidente. A estratégia envolve o uso de grupos de Whatsapp para organizar os ataques e a publicação de conteúdos em redes sociais reproduzindo discursos similares em diferentes ambientes. Em muitos casos, ocorre uma espécie de linchamento virtual de jornalistas e jornais, por meio de publicação em contas pessoais e, inclusive, no perfil dos atacados<sup>27</sup>. O objetivo é desmoralizar a vítima e intimidá-la.

De acordo com relatório da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão (ABERT, 2019), em 2019, foram publicados 39,2 milhões de tweets que trouxeram conteúdos com a combinação das palavras “mídia”, “imprensa”, “jornalista” e “jornalismo”. Desse total, 3,2 milhões de posts trouxeram críticas com palavras de baixo calão contra a mídia, ou com expressões que tentam desacreditar o trabalho da imprensa, e foram produzidos por perfis e sites mais conservadores, impulsionados também pelos chamados *bots*.

<sup>26</sup> Ver <https://rsf.org/pt/noticia/como-o-presidente-bolsonaro-tenta-metodicamente-silenciar-imprensa-critica>. Acesso em: 29 mai. 2021.

<sup>27</sup> Ver: <https://crusoe.com.br/edicoes/76/os-blogueiros-de-cracha/>. Acesso em 29 mai 2021.



Os dados apontam uma ação expressiva de perfis não humanos (tanto de robôs, contas automatizadas, como de ciborgues, contas semiautomatizadas) nas postagens do Twitter, chegando a atingir picos de 55% de automatização das postagens no dia do evento. (KALIL; SANTINI, 2020, p. 15)

Mello (2020) também aponta o uso de *bots* para disparo de mensagens automáticas por meio de perfis falsos cujo objetivo é ocupar espaços nas redes sociais para dar a impressão de um volume maior de pessoas com a mesma posição, provocando uma sensação de falsa maioria. Parte dos conteúdos também seriam resultantes de manipulações de dados produzidos para provocar desinformação associada ao atendimento de interesse de algum grupo político.

Desde 2018, intensificaram-se os ataques contra a imprensa. Temos cada vez mais uma realidade paralela moldada pelas redes sociais. Com o auxílio de *bots* e *trolls*, que insuflam vozes mais radicais das redes e contaminam o resto, é possível, num estalar de dedos, transformar uma reportagem em opinião paga pela esquerda, escrita por jornalistas “comunistas”. (MELLO, 2020)

Em outra pesquisa, chamada “Liberdade Jornalística no Brasil”, realizada por Messagi, Carvalho e Bozza (2017), antes da eleição do presidente Bolsonaro, os jornalistas já citavam graus significativos de censura e violência nos últimos 5 anos. Com 1.953 respostas válidas obtidas de jornalistas de todo o país, de meios impressos, eletrônicos e digitais, entre setembro de 2015 e março de 2017, a pesquisa indicou que a violência verbal contra jornalistas ocorre com alguma frequência em 63% dos casos.

A censura também é citada como fato recorrente. A maior parte dos jornalistas diz já ter material censurado o editado por razões externas ao campo jornalístico nos últimos 5 anos. Mais precisamente, 67% dizem já ter enfrentado esta situação, sendo que 11% passam por isso com bastante frequência. As respostas obtidas referem-se, principalmente às ações de agentes externos no trabalho editorial, sem excluir o trabalho de edição por parte dos cargos diretivos dos jornais.

Um outro dado que corrobora com o que tem sido debatido neste artigo, é o que apresenta a Repórteres sem Fronteira (RSF), que monitora o grau de



liberdade de imprensa em 180 países. A organização não-governamental com status consultivo na Organização das Nações Unidas (ONU), na Unesco, no Conselho da Europa e na Organização Internacional da Francofonia (OIF), mantém em seu site um ranking de países publicado desde 2013. O Brasil figura em 111º lugar na Classificação Mundial da Liberdade de Imprensa 2021. No texto explicativo sobre a situação do país, é possível conferir o seguinte trecho:

O trabalho da imprensa brasileira tornou-se especialmente complexo desde que Jair Bolsonaro foi eleito presidente, em 2018. Insultos, difamação, estigmatização e humilhação de jornalistas passaram a ser a marca registrada do presidente brasileiro. Qualquer revelação da mídia que ameace os seus interesses ou de seu governo desencadeia uma nova rodada de ataques verbais violentos, que fomentam um clima de ódio e desconfiança em relação aos jornalistas no Brasil. (RSF, 2021)

O ranking, no entanto, nunca foi muito favorável ao Brasil. A melhor posição, desde o início da classificação foi 102º, registrado em 2018<sup>28</sup>. Ou seja, durante governo Dilma Rousseff (2011-2016), do Partido dos Trabalhadores (PT), o mesmo partido de Lula, já se verificava um baixo nível de liberdade no Brasil, tendo atingido sua melhor posição em 2015, quando o país ficou em 99ª lugar.

Em que pese o fato do levantamento ser recente e o grau possível de subjetividade dos dados para o ranqueamento da RSF, os números apontam que a censura contra o jornalismo brasileiro não é fenômeno atual. Não começou na ditadura militar, tampouco no governo Bolsonaro. Trata-se de um fator histórico que a construção do jornalismo brasileiro ao longo dos anos, ora com maior, ora com menor ímpeto. Modula-se as estratégias, mas, em geral, as tentativas de controle permanecem.

<sup>28</sup> “A classificação é elaborada a partir de respostas obtidas através de um questionário elaborado pela RSF, preenchido por especialistas da área. Soma-se a essa análise qualitativa, um balanço quantitativo dos casos de violência cometidos contra jornalistas considerando o período estudado. As temáticas sobre as quais o questionário se debruça são: o pluralismo, a independência dos meios de comunicação, o ambiente midiático e a autocensura, o quadro legislativo que rege o setor, a transparência e a qualidade da infraestrutura que sustenta a produção de informação”. Disponível em: <https://rsf.org/pt/metodologia>



### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre imprensa e poder no Brasil sempre foi marcada por uma ambiguidade muito forte. Em determinados contextos observa-se o arrefecimento dos ataques ao jornalismo por determinados setores, e, na melhor das situações, o silenciamento da crítica em relação a outros setores. Em geral, as tentativas de depreciação ao jornalismo sempre existiram no país, principalmente por parte de políticos e outros grupos da sociedade, sejam ligados a movimentos sociais ou a grandes corporações.

Como demonstram os dados indicados neste artigo, as ações de controle editorial não são uma novidade, tampouco é exclusividade de períodos marcados por governos de cariz autoritário no Brasil. Recursos financeiros, jurídicos, violentos ou outros, sempre fizeram parte da história do jornalismo brasileiro, inclusive em períodos ditos mais democráticos, onde haveria aparentemente maior liberdade jornalística.

Em alguns momentos da história, as práticas de censura aparecem com maior evidência, em outros, as ações se desenvolvem de maneira diferente, mas sempre com intenções similares. Não estamos dizendo, com isso, que os projetos políticos são semelhantes ao longo da história brasileira. É preciso que se reconheça estas diferenças, mas, sobre isso, a Ciência Política e a Sociologia estão mais preparadas para oferecer respostas.

Neste trabalho, nos propusemos a olhar as forças que atuam sobre a imprensa (para um termo de maior amplitude temporal) brasileira, com a intenção de orientar editorialmente o que se publica. A partir da pesquisa bibliográfica, observamos dois pontos de vista possíveis sobre as origens do problema. O primeiro é o que considera os fatores que tornam a imprensa mais suscetível a certas condições de controle, sendo que alguns deles escapam à responsabilidade das empresas que atuam na área e dizem respeito a questões sociais, históricas, culturais, econômicas e políticas no país, em geral, externas ao jornalismo. O segundo responsabiliza estes mesmos empresários pela subserviência decorrente dos benefícios que podem adquirir com o comprometimento com determinadas linhas editoriais e que se expressa em





formas de controle indireto de outras forças, mas que se exerce mais evidentemente no âmbito interno ao jornalismo.

Em ambos os casos, os governos e seus gestores, cujos interesses privados se expressam fortemente sobre as representações que se faz de seus mandatos e de suas vidas públicas e privadas, demonstram uma profunda preocupação com o que a imprensa publica. Mesmo Jair Bolsonaro, que não se cansa de menosprezar o trabalho jornalístico em seus discursos, ao fazê-lo publicamente, demonstra a importância que jornalismo tem para sua carreira, seu projeto político e o grupo ao qual representa, quando tenta orientar a opinião pública para um ponto de vista diferente ou contrário ao que é exposto midiaticamente.

Ao fazer uso da estrutura do Estado, seja pelo poder financeiro, pelo uso da força repressora, pela capacidade de mobilização social, o campo político exerce um papel premeditado. Destes setores não há qualquer compromisso com o jornalismo, a não ser que este possa ser instrumento para obtenção de benefícios políticos. Esta não é uma realidade exclusiva do Brasil.

As limitações impostas por tentativas de controle editorial, ou o que se convencionou chamar de censura, representam um desafio ao jornalismo mundial. A história do jornalismo em diferentes países é marcado por episódios desta natureza (MERRIL, 1974; ATTON; HAMILTON, 2008; CHALABY, 2002; EMERY, 1962; MCNAIR, 2009; SCHUDSON, 2010; TRAQUINA, 2012) e explicam, em grande parte, o sentido de crise do jornalismo (ALEXANDER; BREESE; LUENGO, 2016).

Nosso objetivo não é o de tecer comparações com a realidade de outros países para indicar se no Brasil há maior ou menor liberdade jornalística. Um estudo desta natureza exige uma grande mobilização que reconheça os aspectos particulares de cada realidade, em diferentes conjunturas.

Neste artigo, procuramos observar a realidade brasileira atual, relacionando a uma perspectiva histórica para contribuir com uma leitura ampla sobre a tradição jornalística brasileira. Identificamos, a partir deste estudo, uma presentificação das ações de controle editorial, cujas práticas não se reservam exclusivamente aos períodos ditatoriais. Em sentido inverso,



também as tentativas de controle atual da imprensa não são uma exclusividade do governo de plantão e fazem parte, com maior ou menor grau, tanto de governos ditos mais conservadores como de governos ditos mais progressistas.

Nesse sentido, somos levados a concluir que a censura não é meramente conjuntural, mas está culturalmente constituída, ora com maior ou menor evidência, relativizando o sentido legal de liberdade jornalística na chamada nova república brasileira.

Muitos destes mecanismos são recorrentes. Um deles é o financiamento ou beneficiamento de jornais cuja linha editorial é favorável ao governante. Já a repressão pelo uso da força do Estado, seja legal ou policial, deu lugar a outras estratégias, substituídas pela judicialização dos conflitos com a imprensa, pelas ações de descredibilização e pelo poder econômico.

Os problemas decorrentes destas condições de produção tornam o jornalismo mais suscetível aos interesses privados políticos e econômicos. Sejam pequenos, médios ou grandes negócios, há pouca autonomia no trabalho jornalístico. A (des)regulamentação profissional, concedida pelo Estado e, após o fim da obrigatoriedade do diploma, não mais condicionada à formação em nível superior representam um aspecto deste desafio ao jornalismo brasileiro (CARVALHO; MESSAGI JR, 2014). Mas devemos considerar ainda a fragilidade das relações contratuais nas redações, a pouca disposição em investir em produções mais elaboradas que representem maiores custos, a indisposição dos agentes públicos ou privados em conceder informações e, claro, as ameaças e os casos efetivos de agressão que visam a intimidação de jornalistas, que partem não apenas de políticos, mas também de outros segmentos.

Este conjunto de fatores impõem limites ao jornalismo, confrontando sua credibilidade e o reconhecimento do seu valor público. É claro que há boas e importantes produções jornalísticas cotidianamente. Mas este potencial fica subsumido a uma condição desfavorável que dificulta a identificação do público com jornais, jornalistas e o jornalismo de modo geral, resultando em um ciclo problemático de baixa adesão do público ou indisposição ao financiamento coletivo com o qual o jornalismo brasileiro sempre conviveu e que o faz tão dependente dos interesses políticos.



Um grande desafio ao jornalismo brasileiro, portanto, é o de romper com o determinismo histórico que impõe uma tradição censória que afeta o jornalismo como instituição de caráter público.

No trabalho que apresentamos, a análise se propõe a uma percepção generalista da realidade brasileira, a partir de um olhar macroestrutural. Assim, um aspecto a ser observado e que ganha relevância em estudos a respeito do controle editorial do jornalismo no Brasil é o que pode ser verificado na chamada imprensa regional ou local, onde é possível identificar outras condições.

## REFERÊNCIAS

ABERT. Violações à liberdade de expressão. Relatório anual 2019. Brasília: Abert, 2019.

ALEXANDER, Jeffrey; BREESE, Elizabeth; LUENGO, María. The crisis of journalism reconsidered: democratic culture, professional codes, digital future. New York: Cambridge University Press, 2016.

ATTON, Chris; HAMILTON, James. Alternative journalism. Londres: Sage, 2008.

BARBOSA, Marialva. História do jornalismo no Brasil: um balanço conceitual. **Verso e Reverso**, v. 23 n. 52, ano 23. 2009. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/5785>>. Acesso em: 10 mar 2021.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo no Brasil: dois séculos de história. In: SOUSA, Jorge Pedro (org). **Jornalismo: história, teria e metodologia de pesquisa: perspectivas luso-brasileiras**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008.

BERNARDES, Cristiane Brum. As fontes de informação nas mídias legislativas: oficialismo e diversidade na produção noticiosa sobre a Câmara dos Deputados. **Brazilian Journalism Research**, v. 7., n. 1., p. 32-49, - 2011. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/284/287>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

BREED, Warren. **Social control in the newsroom: a functional analysis**. North Carolina: University of North Carolina Press, 1955.

CAMARGO, Cláudio. O meio é a mensagem: a globalização da mídia. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de, (orgs). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012, p.122-128.

CARVALHO, Eleonora de Magalhães. Financiamento da mídia no Brasil na era PT. **E-compós** (Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em



Comunicação), v. 23, p. 1–26, jan/dez, publicação contínua, 2020. Disponível em: <[https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&act=8&ved=2ahUKEwjz5oeL9OLwAhVtqZUCHb1OB7MQFjABegQIBhAD&url=https%3A%2F%2Fwww.e-compos.org.br%2Fecompos%2Farticle%2Fdownload%2F1999%2F1986%2F&usg=AOvVaw05xdDzoHtTR06rpg\\_b6fLu](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&act=8&ved=2ahUKEwjz5oeL9OLwAhVtqZUCHb1OB7MQFjABegQIBhAD&url=https%3A%2F%2Fwww.e-compos.org.br%2Fecompos%2Farticle%2Fdownload%2F1999%2F1986%2F&usg=AOvVaw05xdDzoHtTR06rpg_b6fLu)>. Acesso em 21 abr. 2021.

CARVALHO, Guilherme. Censura tácita: percepção de jornalistas brasileiros sobre o controle editorial “nas redações”. **Brazilian Journalism Research**, v. 16, n. 3, p. 638-661, dez. 2020. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1155>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CARVALHO, Guilherme. **O espaço da mídia pública no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

CARVALHO, Guilherme; MESSAGI JR, Mário. Diploma de Jornalismo no Brasil: reserva corporativista ou marco da autonomia profissional? **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, vol. 2, n. 2, p.55-72, ago/dez, 2014.

CHALABY, Jean. *The invention of journalism*. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Padrões de manipulação no jornalismo brasileiro: fake news e a crítica de Perseu Abramo 30 anos depois. **Rumores**, v. 12., n. 23., p. 56-82, jan/jun 2018. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/268348507.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

DIAS, André Bonsanto.. Da modernização à autoridade: a grande imprensa brasileira, entre a ditadura e a democracia – Folha de S. Paulo e O Globo, 1964-2014. **Opin. Publica**, v.25., n. 3., nov./dec. 2019, Epub 17 jan 2020. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762019000300472](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762019000300472)>. Acesso em: 24 abr 2021.

EMERY, Edwin. *The press and America: an interpretative history os journalism*. 2. ed. Englewood Clifs: Prentice-Hall, 1962.

EMILIANO, José. **Intervenção da imprensa na política brasileira (1954-2014)**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

FERREIRA, J. P. R. **O jornalismo na emigração**. Ideologia e política no Correio Braziliense (1808-1822). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Universidade Nova de Lisboa, 1992.

GALLAS, Luciano. O que as afinidades políticas revelam sobre o negócio da comunicação no Brasil. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 14 ago. 2018. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/proprietarios-da-midia-afinidades-politicas-e-o-negocio-da-comunicacao/>>. Acesso em: 04 jul. 2021.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Unesp, 2014.



HANITZSCH, Thomas. *The handbook of journalism studies*. New York: Routledge, 2009.

KALIL, I.; SANTINI, R. M. *Coronavírus, Pandemia, Infodemia e Política. Relatório de pesquisa*. Divulgado em: 01 abr. 2020. 21p. São Paulo/Rio de Janeiro: FESPSP/UFRJ. Disponível em: <[https://www.fespsp.org.br/store/file\\_source/FESPSP/Documentos/Coronavirus-einfodemia.pdf](https://www.fespsp.org.br/store/file_source/FESPSP/Documentos/Coronavirus-einfodemia.pdf)>. Acesso em: 04 jul. 2021.

LOCATELLI, Caetano Machado Carlos. Tendências contemporâneas de ações contra jornalistas: absolvições cíveis e condenações criminais. Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. **Anais** do VI Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo Universidade Anhembi-Morumbi, 26 de junho a 29 de junho de 2019. Disponível em: <[https://projetos.abraji.org.br/seminario/PDF/6/CAETANO\\_MACHADO\\_et\\_al-Tendencias%20contemporaneas\\_de\\_acoes\\_contra\\_jornalistas.pdf](https://projetos.abraji.org.br/seminario/PDF/6/CAETANO_MACHADO_et_al-Tendencias%20contemporaneas_de_acoes_contra_jornalistas.pdf)>. Acesso em: 20 abr 2021.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de, (orgs). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012, p. 114-121.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de, (orgs). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Paulus, 2005.

MCNAIR, Brian. Journalism and democracy. In: WAHL-JORGENSEN, Karin;

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio: Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MERRIL, John. *The imperative of freedom: a philosophy of journalistic autonomy*. New York: Hasting House, 1974.

NUNOMURA, Eduardo Yoshio. **O mensalão impresso: o escândalo político-midiático do governo Lula nas páginas de Folha e Veja**. Dissertação, 2012. Mestrado em Ciências da Comunicação. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2012.

SCHUDSON, Michael. *Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Petrópolis: Vozes, 2010.

SILVA, Carlos Eduardo. **Muito além do Jardim Botânico: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores**. São Paulo: Summus, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TENGARRINHA, J. **Imprensa e opinião pública em Portugal**. Coimbra: Minerva, 2006.



TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. 3 ed. v. 1. Florianópolis: Insular, 2012.